

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezoito de janeiro do ano de dois mil e dezanove.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal. Hoje estamos aqui reunidos para uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. Começo por vos dar as boas-vindas e dizer que temos entre nós o Sr. Prof. Jorge Carvalho e o Sr. Arq.^o Carlos Santos e as suas equipas de apoio que nos vão fazer uma apresentação que, estou certa, será do máximo interesse para o Concelho.

Antes de avançarmos vamos proceder à chamada dos Membros da Assembleia Municipal e dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. José António Gomes Guilherme.

Igualmente o Sr. Deputado Eng.^o João Filipe Rodrigues de Brito estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Duarte Martins.

O Sr. Deputado Eng.^o Carlos Augusto Inácio da Fonseca estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Eng.^o Rafael Sousa Costa estava ausente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Eng.^o Rui Daniel Dias Fernandes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Baptista estava ausente e foi substituído pela Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes.

Igualmente o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia também estava ausente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia Sr. Joaquim Adelino da Costa Garcia.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Como sabem na Sessão Extraordinária não há Período de Antes da Ordem do Dia e os trabalhos decorrerão dentro do quadro da Ordem do Dia.

Queria submeter à consideração dos Membros desta Assembleia Municipal uma alteração na ordem dos Pontos porque seria mais conveniente iniciarmos com o Ponto III, relativo à Apresentação de Investimentos Estruturais para o Município de Oliveira do Hospital, e assim libertaríamos o Sr. Prof. Jorge Carvalho e o Sr. Arq.º Carlos Santos e as respetivas equipas de apoio. Se concordassem o Ponto III passaria a ser o Ponto I da Ordem de trabalhos.

Efetuada a votação, a alteração da numeração dos Pontos da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Apresentação de Investimentos Estruturais para o Município de Oliveira do Hospital.

II - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos Municipais - Decretos-Lei n.ºs 100/2018; 105/2018 e 106/2018.

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais - Decretos-Lei n.ºs 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2108.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Para completar a Mesa, e porque a Sra. Dra. Aldina não pode estar presente, peço à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para exercer as funções de Segunda Secretária da Mesa.

Vamos dar início à apresentação do Ponto I e, para nos enquadrar, pedia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos fizesse uma introdução do tema.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Apresentação de Investimentos Estruturais para o Município de Oliveira do Hospital, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A realização desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal deve-se ao seguinte: Até 31 de janeiro esta Assembleia Municipal tem que deliberar sobre um conjunto de competências que o Governo está a descentralizar para os Municípios e também para as Comunidades Intermunicipais. O Governo entrega, através de Decreto-Lei, aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais um conjunto de competências e, se nada dissermos, significa que as competências são aceites tacitamente. Isto é, se quiséssemos todas as competências não precisávamos de fazer nenhuma Assembleia porque as competências já nos foram passadas por Decreto-Lei, mas temos a possibilidade de dizer sim, ou não, até ao final de janeiro.

Há algumas competências que devemos discutir aqui na Assembleia Municipal. Em Reunião de Câmara tomámos posição e gostaria que este assunto fosse aqui discutido.

Aproveitámos também esta Assembleia Extraordinária para apresentar um conjunto de investimentos estruturais para o Município de Oliveira do Hospital. Já agora, faria o enquadramento sobre esses investimentos estruturais de interesse municipal.

Convidei as equipas que neste momento trabalham os projectos para estarem presentes. Queria fazer uma saudação às equipas do Prof. Dr. Jorge Carvalho e ao Arq.º Carlos Santos que têm estado a trabalhar connosco nestas áreas. Perceba-se também que estas duas pessoas estão a trabalhar connosco derivado ao seu currículo. O Arq.º Carlos Santos já trabalha connosco há algum tempo e o Prof. Dr. Jorge Carvalho encontrei-o através de outros Presidentes de Câmara. Eu procurava uma pessoa que tivesse *know-how* sobretudo porque a ideia central assentava na requalificação da Zona Histórica. Digo-vos aqui, e digo-vos com franqueza, porque também já disse isto publicamente, tenho pena de não o ter encontrado quando iniciei o meu mandato e vocês perceberão porquê. Tem sido muito interessante trabalhar com ele, com ideias novas, com ideias diferentes que às vezes que se chocam com as minhas. O Prof. Dr. Jorge Carvalho tem um currículo importante nesta área.

Quero dizer também que o Prof. Dr. Jorge Carvalho não vos traz aqui uma receita que não possa ser discutida. Gostava de informar a Assembleia Municipal que teve de ser feito um trabalho em tempo recorde. Tivemos que fazer as candidaturas da Zona Histórica até ao final do mês de dezembro. Se as candidaturas não entrassem poderíamos perder o dinheiro que conseguimos alcançar através da negociação no PEDU. Foram feitos anteprojetos que serviram para fazermos as candidaturas. Logicamente que as candidaturas agora têm um período de maturação e ainda nos vão pedir documentos e, por isso, ainda há a possibilidade de rectificar aquilo que hoje vos vai ser aqui apresentado. Todas as forças políticas podem fazer sugestões porque ainda temos possibilidades de fazer algumas correções.

Gostaria também de dizer o seguinte: Nesta fase final do meu mandato, eu e penso que também todo o meu Executivo, estamos muito motivados e entusiasmados para realizar estas obras. Acho que estas obras podem fazer a diferença em Oliveira do Hospital em termos de uma perspetiva de futuro.

Alguém na última Sessão da Assembleia Municipal dizia: - *Sr. Presidente, em relação às outras Freguesias a cidade de Oliveira do Hospital*

tem mais obras. Eu também já expliquei isso claramente. Estas obras todas fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Estas verbas foram negociadas com a CCDR-C e, dos dezanove concelhos que fazem parte da CIM, só quatro concelhos é que podem usar estas verbas. Os quatro concelhos são a Figueira da Foz, Coimbra, Cantanhede e Oliveira do Hospital.

Acho que entra aqui uma componente fundamental, é a componente da Zona Histórica de Oliveira do Hospital. E para falar da Zona Histórica todos falam bem o problema é que a Zona Histórica está degradada há não sei quantos anos e nunca ninguém fez nada por ela. Este é o primeiro Executivo que se preocupou com a Zona Histórica de Oliveira do Hospital. Isso é uma verdade nua. E é uma verdade que quando houve dinheiro ninguém se preocupou muito com isso mas nós preocupámo-nos. Quando fizemos a negociação nós metemos a Zona Histórica de Oliveira do Hospital como prioritária e é sobre isso que hoje também vamos falar.

Quando desafiei o Prof. Dr. Jorge Carvalho só lhe falei na Zona Histórica e logo a primeira lição que ele me deu foi dizer-me: *- Sr. Presidente, acho que está a ver isto mal. Eu tenho que primeiro fazer um estudo de enquadramento da própria cidade para perceber com é que depois podemos desenvolver a Zona Histórica. Por isso, é preciso olhar isto de outra maneira. Primeiro olhar para o todo da cidade e depois ver como é que se integra.*

Isto era uma coisa que nunca me tinha passado pela cabeça! Isto não é humildade é absolutamente natural.

Gostava também de vos dar a seguinte nota: Quarenta por cento das casas da Zona Histórica de Oliveira do Hospital estavam degradadas. Agora, num estudo recente feito por esta equipa, chegaram à conclusão que neste momento existem na Zona Histórica trinta por cento de casas degradadas. Desde esses anúncios das verbas do PEDU houve a recuperação de dez por cento dessas casas pela iniciativa privada. Não podemos deixar de dizer que a iniciativa privada pode e deve ter um papel preponderante porque o objetivo deste investimento público também tem que ser claro e tem que ter uma ideia principal. A ideia principal é atrair investimento privado e fazer com que a cidade fique mais coesa.

Neste momento há alguns mecanismos financeiros possíveis para compra de casas que estejam abandonadas na Zona Histórica nomeadamente com taxas de juro relativamente baixas e com prazos bastante alargados, através do IFRU.

Dizer ainda que cerca de trinta e um alunos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão abandonaram Oliveira do Hospital porque não

encontraram quarto, ou porque os que encontraram eram demasiado caros. Por isso nós estamos a trabalhar um acordo de parceria/protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra para criarmos algumas áreas residenciais para darmos vida a esta Zona Histórica.

Esta era a pequena introdução que eu queria fazer. Depois, no final, abriremos um debate. Ficamos abertos a todas as participações dos Deputados que tenham ideias diferentes e que possam dar contributos. Esse é o papel da democracia e esta Proposta de Estruturação da Cidade e Qualificação do Centro Histórico não tem uma receita única. Penso que o Prof. Dr. Jorge Carvalho não nos traz uma receita única e vai-nos apresentar algumas ideias. Estamos abertos ainda a outras propostas porque, como eu disse, fizemos as candidaturas com anteprojetos.

A realização deste trabalho tem sido de um esforço enorme. Quero agradecer ao Prof. Dr. Jorge Carvalho e à sua equipa o trabalho intenso que tiveram em parceria com a Câmara Municipal. Também é verdade que nós pagamos ao Prof. Dr. Jorge Carvalho. A Câmara Municipal lançou-lhe este desafio mas também lhe pagamos e temos que honrar os nossos compromissos.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. Dr. Jorge Carvalho e ao Sr. Arqt.º Frederico Sá que fizeram a apresentação da proposta para a Estruturação da Cidade e Qualificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital. A apresentação foi complementada com uma projeção em *PowerPoint* que ficará apensa a esta Ata.

Após a apresentação da proposta para a Estruturação da Cidade e Qualificação do Centro Histórico foi aberto um período de debate onde foi dada a possibilidade de esclarecer todas as questões efetuadas pelos Srs. Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito Obrigada, Sr. Prof. Jorge Carvalho, pela sua excelente apresentação que nos permite começar a perspetivar o futuro da nossa terra.

Queria agora dar oportunidade aos Srs. Membros da Assembleia para esclarecerem alguma dúvida sobre a apresentação que foi feita.”

De seguida os Srs. Membros da Assembleia Municipal efetuaram algumas questões sobre a apresentação da proposta para a Estruturação da Cidade e Qualificação do Centro Histórico que prontamente foram respondidas pelo Sr. Prof. Dr. Jorge Carvalho.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Dizer que relativamente ao património e preservação do mesmo e, de certa da forma, da potencialização desse património desde há nove anos que sou um dos defensores enquanto representante da requalificação deste casco histórico. Quando falamos em casco histórico lembrar que não é só a zona Histórica porque o Largo Ribeiro do Amaral até à Capela de Sant’Ana também fazem parte desse casco histórico.

Queria também deixar uma opinião em tom sugestivo porque também seria importante falar na preservação do comércio local. É indispensável que essa parte também seja protegida e, de certa forma, motivada a sua continuidade e incentivo para que outras pessoas se fixem nesta zona.

Relativamente às condições de descanso, e no que diz respeito à vida nocturna, nomeadamente restaurantes e bares, e, de certa forma, para preservar a zona de dormitório, penso que era bom conjugar a vertente do descanso e nesses imóveis incentivar a abertura na parte de baixo para comércio local ou restauração e na parte de cima o incentivo aos serviços até porque dávamos um processo de continuidade em termos de horários e não iríamos causar tantos danos ou iríamos diminuí-los.

Relativamente ao circuito pedonal eu acho que é importante até porque, como foi aqui relevado, a questão dos acessos rodoviários são diminutos.

Depois, também queria falar nas condições de estacionamento que, como foi referido, poderiam ser potencializadas com um parque subterrâneo. Deixo isto em tom sugestivo: Porque não fazer um prolongamento desse estacionamento até à praça Manuel Cid Teles?

Defendo há muito tempo que era importante que Oliveira do Hospital tivesse dois espaços marcantes de estacionamento: Um mais a sul e outro mais a norte.

Relativamente à criação de residências para estudantes quero dizer que concordo. Dizer ainda que há pessoas idosas que residem sozinhas e era

importante potencializar o arrendamento que serviria também como companhia para as pessoas idosas que aqui habitam.

Referir ainda a criação de albergues difusos onde, por exemplo, uma instituição pública faria a gestão e depois os dormitórios seriam as próprias casas requalificadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“A questão que gostaria de fazer à vossa apresentação, que me pareceu muito bem e que é futurista, e nós precisamos de algo novo, é a seguinte: Uma vez que a intervenção irá ser feita no centro de Oliveira, e como passámos recentemente por este 15 de outubro que nos trouxe os incêndios, o que é que vocês perspetivaram ao nível de combate aos incêndios nesta zona? Acho que era uma mas valia pensarem no combate aos incêndios porque esta zona é muito densa e de difíceis acessos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Mais do que qualquer tipo de questões, porque nesta fase todos nós poderemos contribuir com muitas sugestões, mas, como dizia o Sr. Prof. Jorge Carvalho há pouco, uma coisa é vermos esta apresentação, outra coisa é pensarmos nela e eventualmente mais tarde fazer algum tipo de intervenção no sentido de a tentar melhorar.

Hoje o que é importante aqui ressaltar é o seguinte: É a primeira vez, e eu estou nesta casa de forma intermitente desde dois mil e um, que um Executivo Municipal vem pensar a cidade no seu todo. Já resido em Oliveira do Hospital desde o ano dois mil e já vi algumas intervenções na cidade como todos nós vimos. A grande verdade é que essas intervenções foram sendo intervenções pontuais e a grande maioria delas desgarradas e nunca pensadas numa perspetiva de continuidade, numa perspetiva de pensamento global da cidade, numa perspetiva daquilo que pode ser o crescimento e aquilo que pode ser futuramente a cidade de Oliveira do Hospital.

Hoje fico extremamente feliz por fazer parte de uma Assembleia Municipal onde isso foi apresentado. Hoje, o Sr. Prof. Jorge Carvalho e a sua equipa, apresentaram-nos uma proposta que não se resume a uma reabilitação de

uma rua ou de um conjunto de ruas mas uma proposta que nos vai permitir lançar os fundamentos da futura cidade de Oliveira do Hospital.

Oliveira do Hospital é cidade há muitos anos e todos nós sabemos o que se costuma dizer, Oliveira do Hospital era uma excelente vila e passou a ser uma má cidade. Parece-me que hoje, com a apresentação que aqui temos, com os trabalhos que obviamente se seguirão, com a implementação dos projetos e com a construção das obras, Oliveira do Hospital passará finalmente a ser uma verdadeira cidade pensada para quem cá vive, para quem a visita e pensada essencialmente como um todo. Isso é extremamente gratificante e quero obviamente agradecer por isso. Muito Obrigado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“É a segunda vez que tenho a oportunidade de ver parcialmente o trabalho do Eng.º Jorge Carvalho e da sua equipa e há uma coisa que perpassa, que é um bocadinho o sentimento que o Rui Monteiro aqui deixou claro, é de facto a ideia de uma cidade virada para o século XXI, a ideia de uma cidade moderna, uma cidade ampla e de vistas largas e que tem margem de crescimento. Parece-me que o Sr. Eng.º Jorge Carvalho conseguiu interpretar muito bem o que tem sido o desiderato e o objetivo deste Executivo, porque se este Executivo se tem afirmado como sendo um Executivo com um projeto para as pessoas, também este seu projeto se vira para as pessoas, para as pessoas que aqui trabalham, para as pessoas que aqui residem, para as pessoas que criam aqui os seus filhos e para a simbiose destas pessoas com o espaço público. É também um projeto que tem claras preocupações de sustentabilidade ambiental com um reforço de espaços verdes o que para mim é uma questão que me é profundamente sensível. Vejo com muito agrado este projeto. Vejo também com muito agrado a forma como este Executivo partilha o projeto com a comunidade e como se abre às propostas da comunidade. Parece-me que todos nós teremos que refletir sobre o que nos foi aqui apresentado e teremos também que ser vossos porta-voz lá fora de uma forma comum e unidos porque estou certo de que quem cá vive também poderá dar um contributo acrescido a este vosso projeto.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto, embora nesta Assembleia não seja muito a minha função posicionar-me, quero dizer o seguinte: No decurso da minha vida profissional apanhei pelo País a fase dos POLIS. Como sabem houve dois ciclos de POLIS e, salvo uma situação ou outra que foram considerados insucessos, em todas as cidades as intervenções POLIS foram uma clara aposta na qualificação. Os POLIS foram sempre vocacionados para áreas restritas mas depois tiveram um efeito de potenciar a intervenção inicial.

Em Oliveira do Hospital, e eu também tenho que o dizer, fico muito feliz por dois motivos: Primeiro também saliento a importância de ainda nesta fase inicial, e já com alguma maturidade, de o Executivo partilhar connosco este projeto na minha perspetiva com dois objetivos, nomeadamente colher desde já opiniões e sensibilidades mas também de certa forma as pessoas que aqui estão, os Deputados Municipais e público que quis vir assistir, serão certamente canais de divulgação de que este projeto está em desenvolvimento e isso é um sinal positivo que me apraz muito registar.

Dizer também o seguinte: Neste projeto está incluída a zona onde eu nasci. Eu nasci aqui e passei a minha infância precisamente na área que vai ser requalificada e nos últimos anos quando passo por ali realmente aquilo não tem nada a ver com o que era e esta zona precisa mesmo de uma intervenção, precisa mesmo de ser recuperada. É muito bom que tenhamos uma equipa habituada a lidar com estes temas e a pensar a cidade no seu todo.

Já agora, até entendo que tenham sido lançados alguns alertas sobre a importância de se pensar a cidade com todas as suas intervenções humanas desde o comércio, à fruição, etc, mas ainda é cedo. A cidade tem que ser pensada assim mas na fase em que estamos ainda não há de estar tudo definido a esse nível.

Dito isto, passava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e depois gostava de ouvir os comentários do Sr. Prof. Jorge Carvalho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dar aqui uma nota clara e simples. Estava à espera que alguém me fizesse uma pergunta que ninguém me fez e que era a seguinte: - Sr. Presidente e o dinheiro? O Sr. Presidente tem dinheiro para fazer isto tudo?

Isto faz-se com dinheiro, meus caros amigos e, por isso, estava à espera desta pergunta. Eu dir-vos-ia já que não, não temos dinheiro para fazermos isto tudo que o Prof. Jorge Carvalho aqui apresentou.

Quando se fizer a reprogramação do Quadro e se não tivermos estas candidaturas não tínhamos condições para ir buscar mais algumas verbas. É natural que tenha que haver mais investimento municipal. É natural que façamos opções claras e também é natural que esta obra se desenrole em algumas fases. Como percebem, é preciso fazer algumas aquisições e é preciso perceber que isto não cai tudo do céu! Também é verdade que as obras que estão no PEDU têm que ser feitas porque senão perde-se o dinheiro e, por isso, isto tem que ser muito bem pensado.

As preocupações do Sr. Presidente da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços acho que são relevantes. Uma ideia que me agrada é a referente aos albergues difusos.

Este projeto da Estruturação da Cidade e Qualificação do Centro Histórico foi discutido com muitas pessoas e sobretudo com o meu executivo e com a minha equipa técnica do PDM e perceberão melhor porque é que eu disse que gostaria de ter encontrado o Prof. Jorge Carvalho e a sua equipa mais cedo. Até gostava de ter aqui o Arqt.º Gil que também faz parte da equipa. Com esta apresentação perceberam que o Prof. Jorge Carvalho já consegue dizer os nomes das ruas da Zona Histórica muito melhor do que eu.

Na minha opinião há aqui um trabalho para preparar o futuro, há uma visão mais futurista, e faremos aquilo que podermos. Não estamos a apresentar isto para fazer um número político como muitos fizeram durante muito tempo nomeadamente com o IP3 que já foi várias vezes apresentado em PowerPoint e não passou do mesmo.

Quero também agradecer o empenho na elaboração deste trabalho e é por isso que eu disse que gostava de ter encontrado o Prof. Jorge Carvalho há mais tempo. Como eu já disse, fui colhendo informações de quem eram os arquitetos em Portugal que tinham feito obras em Zonas Históricas porque tinha que ir buscar alguém que tivesse esse *know-how*, que tivesse essa experiência, que tivesse essa visão, e vários colegas meus com quem fui falando falaram-me no Prof. Jorge Carvalho. Eu não conhecia o Prof. Jorge Carvalho de lado nenhum. Arranjaram-me o número de telefone, eu liguei-lhe, e fui ter com ele a Coimbra e tivemos uma conversa aberta. E há coisas que também são salutares quando ele começou a falar eu percebi que ele entendia do assunto. Desde logo foi criada uma relação empática, gostei da forma dele ser, da forma como me apresentou as suas ideias. Ele disse-me logo que não faria só a reabilitação da zona histórica porque tinha que ter uma visão global da cidade. Nós vamos aprendendo com quem sabe fazer bem!

Estou contente por ter escolhido o Prof. Jorge Carvalho. Tenho visto o seu interesse e motivação. Nós sabemos a pressa que tivemos porque há a possibilidade de ir buscar algumas verbas quando for feita a reprogramação do Quadro.

Há a possibilidade de irmos buscar algumas verbas, ainda esta semana participei numa reunião em Coimbra, onde estiveram também os Vereadores Dr. José Francisco Rolo e Prof.^a Graça Silva, e nós poderemos alocar algumas destas obras cofinanciadas com um empréstimo no BEI. Veremos!

Quando sair quero deixar a Câmara com viabilidade financeira, e sabem que esse é o meu desígnio, mas nós ainda temos muito dinheiro para aplicar em obras: A entrada do lado da Bobadela e Travanca está adjudicada; A envolvente da Central de Camionagem está adjudicada; O Parque dos Marmelos está lançado o concurso no valor de seiscentos mil euros. São obras que não tinham financiamento na sua totalidade.

Há aqui alguns desafios que estamos a lançar. Temos uma visão de uma cidade mais equilibrada e uma cidade para o futuro.

Já agora dou aqui uma nota: Vamos colocar estes PowerPoint na página da Câmara Municipal para que todos possam discutir com os vossos grupos e dar algumas sugestões para melhorar o projeto porque as ideias são sempre bem-vindas independentemente de serem do partido A, B, ou C, o que interessa é que sejam boas ideias.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. Dr. Jorge Carvalho para responder às questões apresentadas:

“Como já perceberam, eu e o Presidente da Câmara Municipal estamos numa espécie de namoro. Acho que isto não implica divórcio para nenhum de nós mas é uma espécie de namoro. Gostamos um do outro e acho que de facto nos entendemos.

Há uma coisa que eu ainda quero ganhar ao Presidente, mais do que já o ganhei, e que é a ideia de que há obras que implicam dinheiro público mas que pode haver muitas outras que implicam a mobilização de dinheiro privado. Em vez de estarmos à espera dos investimentos que surjam aqui e acolá, temos que ir ter com proprietários e promotores para os tentar reunir em volta de investimentos nos locais adequados e com programas adequados. Sendo que, obviamente, em programas deste género eles têm que ter lucro porque senão não os podemos mobilizar para isso.

No domínio do urbanismo, quando há algum dinamismo e quando eu tenho uma cidade a morrer, o investimento privado é difícil porque não é reprodutivo e tem que ser tudo muito à custa de dinheiro público. Mas em Oliveira do Hospital, devido a algum milagre, e confesso que não estava à espera de encontrar o dinamismo que aqui encontrei, para mim Oliveira do Hospital era uma terra muito de interior e portanto não verifiquei isso. Há aqui algum dinamismo, não é muito grande comparado com outros sítios mas existe, por isso, acho que há aqui potenciais de investimento e de mobilização de privados que muitas vezes podem ser soluções para a falta de meios porque os meios do Município são limitados.

Às questões que me fizeram muito concretas vou responder também de forma muito concreta. Relativamente a uma questão muito genérica que não está relacionada só com este espaço dizer o seguinte: Sr. Presidente, eu também acho que a questão do estacionamento é uma questão chave e que deve ser ponderada para o conjunto da cidade.

Relativamente ao estacionamento o que pensámos foi apenas para o acesso e a chegada e depois para esta área do Centro Histórico. Se as nossas colaborações continuarem para outras áreas da própria cidade é evidente que, em cada caso e para cada zona, o encontrar soluções de estacionamento têm que ser ponderadas. Nós temos mesmo que começar a pensar em sítios de acesso gratuitos mas também em outros tarifados. Uma política de mobilidade tem sempre como pilares importantíssimos uma política de estacionamento. A política de estacionamento é uma coisa que valia a pena ser ponderada para o conjunto da cidade e penso que é uma questão chave da nossa vivência urbana.

Relativamente às bocas-de-incêndio: Tem de haver bocas-de-incêndio, aliás o dimensionamento da rede de água é feito essencialmente para as bocas-de-incêndio porque elas exigem mais pressão do que aquela que nos chega a casa e obviamente as bocas-de-incêndio têm que ser previstas no projeto até porque as normas em vigor o exigem.

Um pormenor que agradeço a observação porque acho que não falei suficientemente: Quando falámos na vivência na cidade, e neste caso no Centro Histórico, não vale a pena imaginar que a vivência se faz só com residentes ou com habitação. As funções não habitacionais são chave. Naqueles espaços que considerámos os alargamentos e em alguns edifícios que pensamos que a Câmara deve intervir diretamente acho que era fundamental que os rés-do-chãos tivessem funções não habitacional, podendo ser comércio, serviços, equipamentos porque é desta mistura de usos que garantimos a vivência e não

apenas a residência que só por si não seria suficiente. Aliás, uma coisa puxa a outra e um qualquer projeto deve visar claramente esses objetivos.

Da mesma maneira quando falamos dos edifícios a serem ocupados e eu digo que o que é essencial é que sejam mesmo ocupados. Os edifícios têm que ser utilizados e devemos estar abertos a todas as soluções: Procura turística, alojamento difuso, etc.

Chamo a vossa especial atenção para os idosos. Este País não está a dar resposta praticamente nenhuma à questão do enquadramento dos idosos. Devos dizer que em cada Câmara Municipal onde faço trabalho e analiso os equipamentos, e ainda não fiz isso em Oliveira do Hospital, mas ia apostar que a percentagem de idosos que têm apoio é mínima e se não for mínima eu vou ficar admirado. Vamos ter cada vez mais idosos e nós não estamos organizados para apoiar os idosos. A meu ver esse domínio também devia ser encontrado.

Muito obrigado pela vossa atenção e pelas palavras de elogio que nos responsabilizam muito.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Prof. Jorge Carvalho tocou aqui num ponto que efetivamente deve ser sensível a todos e que é o problema dos idosos. Uma grande parte dos idosos que vivem de uma pequena reforma não tem acesso a um lar que custa mil euros por mês. Eu pergunto, quantas pessoas da nossa sociedade com pequenas reformas têm acesso a esses cuidados? É uma nota que eu acho realmente importante e para a qual a sociedade se deve mobilizar. Não nos podemos esquecer que na zona histórica vive muita gente idosa e a precisar de cuidados.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esqueci-me de abordar um problema que o Prof. Jorge Carvalho abordou e que é sobre os privados: Nesta zona histórica há possibilidades para que os privados tenham acesso a um fundo para a reabilitação urbana com baixas taxas de juro. É fundamental também a participação da Câmara Municipal, muitos destes privados com quem também vou tendo reuniões e conversado até porque alguns investimentos já lá estão a ser feitos.

Neste momento esta equipa sabe quantos edifícios estão degradados na zona histórica, qual é o número de pessoas que lá vive, quantas casas é que estão em ruínas. Hoje a Câmara Municipal detém um conjunto de informação

para poder desafiar esses empresários. E desafiá-los como? A Câmara Municipal tem que ter um papel facilitador para arranjar esses mecanismos financeiros e, por isso, há aqui um trabalho que temos vindo a fazer com os empresários. Também acredito que desde que apareçam as primeiras obras que depois apareça mais gente a fazer investimentos nesta área. Como vocês também sabem, Oliveira do Hospital tem um conjunto de empresários dinâmicos na área da construção civil. Já há 10 % de investimento e já é algum sinal. Somos um Concelho com uma identidade própria e temos um tecido empresarial muito dinâmico.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos faça o enquadramento da apresentação seguinte.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Agora o Arqt.º Carlos Santos vai-vos apresentar um projeto para um novo Centro Escolar. Este Executivo Municipal sempre defendeu a ideia de que precisávamos de um Centro Escolar novo.

Fizemos uma candidatura para um Centro Escolar e escolhemos o Arqt.º Carlos Santos porque ele tem uma experiência enorme. O Arqt.º Carlos Santos fez vários Centros Escolares na região centro como por exemplo em Mortágua, que custou cinco milhões de euros e foi financiado em 85%, e naquela época Oliveira do Hospital desperdiçou uma oportunidade única. Não pretendo ajustar contas com o passado, as contas com o passado já passaram, mas temos que chamar as coisas pelo nome. Em Oliveira do Hospital fizeram-se, na minha ótica, opções completamente erradas e em vez de criarem um Centro Escolar de raiz fez-se uma requalificação de uma escola com financiamento do Quadro Comunitário.

Em Oliveira do Hospital temos alunos do Pré-Escolar na nossa Escola do Primeiro Ciclo, temos alunos do Pré-Escolar no Pavilhão Gimnodesportivo, temos alunos do Pré-Escolar no Vale do Ferreiro, temos turmas do Primeiro Ciclo na Sede do Agrupamento, ou seja, os alunos estão dispersos e ainda sem grandes condições.

Quando foi feita a negociação do Pacto não me deixaram incluir um Centro Escolar Novo e por isso eu incluí uma coisa chamada Campus Educativo

de Oliveira do Hospital, com uma verba de duzentos e oitenta mil euros. É este o nome que está no Pacto.

Agora houve uma reprogramação financeira e a verba para a área da educação a nível nacional foi reforçada com cinquenta milhões de euros. Esta verba será distribuída pelas CCDR e penso que a de Coimbra ficará com cerca de vinte milhões de euros.

Não posso garantir que tenho comparticipação de 85 % para este projeto que vamos aqui apresentar e esta obra não se faz com duzentos e oitenta mil euros, nem se faz com dois milhões de euros. Estou à espera para ver qual é o financiamento que podemos ter. Podemos ter 85 %, se tudo correr bem, ou só podemos ter 80 % ou 70 %, e isso faz toda a diferença para o lançamento da obra e para os nossos fundos.

O novo Centro Escolar é uma obra muito sonhada pelo meu Executivo, pela Sra. Vereadora Prof.^a Graça Silva, e também pelo Agrupamento de Escolas.

Dizer-vos ainda que quando cheguei à Câmara Municipal fiz um projeto, que custou bastante dinheiro, para as novas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão mas depois não se conseguiu financiamento. Como vocês todos sabem houve um drama pior: Houve uma tentativa de fecho da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Hoje a Escola Superior não corre o perigo de ser fechada, muito pelo contrário! A Escola está a aumentar o número de alunos e precisamos de melhores instalações. Ora, se libertarmos a Escola do Primeiro Ciclo poderemos fazer ali as novas instalações da Escola Superior com uma verba entre os oitocentos mil euros a um milhão de euros. A Escola Superior pode utilizar aquelas instalações e ficamos com a Escola Superior no centro da cidade.

Este novo Centro Escolar custará cerca de quatro milhões de euros e se pagarmos 15 % só vamos gastar seiscentos mil euros. Com esta estratégia podemos ficar com umas instalações muito dignas e boas para a Escola Superior. Nas atuais instalações da Escola Superior podem ficar alguns laboratórios e a Câmara Municipal também precisa de espaço para alguns serviços e, por isso, também lançamos aqui este desafio.

Estou convencido que vamos conseguir fazer este novo Centro Escolar. Já temos o terreno. Negociámos um terreno perto do Centro Escolar que é da família Lagos, do Miguel Lagos e de duas irmãs. Fizemos um contrato de promessa para a cedência daqueles terrenos onde irá surgir também uma nova avenida que servirá para desbloquear o trânsito junto do Agrupamento de Escolas.

Quero agradecer à família Lagos toda a disponibilidade que mostraram para a realização deste negócio de cedência daqueles terrenos. Era do nosso interesse encontrar ali uma via alternativa à cidade.

Penso que fizemos um bom negócio. Um bom negócio tem que ser bom para os dois lados e não pode ser só bom para a Câmara Municipal.

Para fazermos a candidatura do novo Centro Escolar tínhamos que ter um terreno e a vantagem deste negócio é podermos reorganizar todo aquele espaço e podermos reorganizar o trânsito e já perceberão isso com a apresentação do projeto do Arqt.º Carlos Santos.

Hoje apresentaremos aqui o projeto do Novo Centro Escolar que nos permitirá resolver alguns problemas.

A Câmara Municipal travou uma grande batalha para não perder o Ensino Superior em Oliveira do Hospital e também vos digo que esteve quase perdido. O dossier, a seguir aos incêndios, mais duro e mais difícil, foi a Escola Superior. Como todos sabem, quando faltaram os alunos houve quem tentasse vender a Escola Superior a Coimbra. É bom recordarmos a história porque a luta que travamos na defesa da Escola Superior foi duríssima. Está aí o Eng.º Rui Fernandes que é testemunha disso, e ele também ajudou como ajudámos todos. Hoje a nossa Escola Superior cresce. Hoje também se põe muito em causa os preços dos quartos nas grandes cidades que são diferentes dos preços praticados em Oliveira do Hospital e as famílias também começam a optar candidatar-se a estas escolas onde a vida é mais barata, e isso tem sido uma mais-valia.

Hoje o que vos quero mostrar é um sonho. Um sonho sobretudo deste Executivo e principalmente da Sra. Vereadora Profª. Graça Silva que nunca deixou cair a ideia. Há também alguns parceiros que nos têm ajudado nomeadamente a Sra. Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro, a Comunidade Intermunicipal e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares que tem que dar um parecer positivo. Tivemos que fazer isto tudo em tempo record porque a candidatura tinha que estar pronta até ao dia trinta e um de dezembro para podermos disputar o dinheiro.

Acho que é uma obra que Oliveira do Hospital e os nossos alunos merecem. Ficaremos com um Centro Escolar e faremos uma coisa muito importante que é a reorganização de todo o trânsito naquela zona.

No Projeto do Prof. Jorge Carvalho e no projeto do Arqt.º Carlos Santos temos algumas ideias divergentes que depois temos que consensualizar, nomeadamente onde é que a via começa, mas o processo ainda não está fechado.

O Arqt.º Carlos Santos é um homem que tem trabalhado connosco em alguns projetos e, como eu já disse, foi ele que fez o Centro Escolar de Mortágua que é um projeto de cinco milhões de euros e que teve 85 % de financiamento, e nós, nessa altura, perdemos essa oportunidade. O Arqt.º Carlos Santos projetou vários Centros Escolares e, por isso, é que o escolhemos para fazer este. Tem feito um bom trabalho connosco e também foi ele que fez o Centro Escolar de Nogueira do Cravo.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Arq.º Carlos Santos para fazer a apresentação do projeto do Centro Escolar de Oliveira do Hospital. A apresentação foi complementada com uma projeção em *PowerPoint* que ficará apenas a esta Ata.

Após a apresentação do projeto do Centro Escolar de Oliveira do Hospital foi aberto um período de debate onde foi dada a possibilidade de esclarecer todas as questões efetuadas pelos Srs. Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito Obrigada, Sr. Arqt.º Carlos Santos, pela excelente apresentação do projeto do Centro Escolar. O projeto tem uma traça arquitetónica muito apelativa.

Agora, pedia aos Srs. Membros da Assembleia Municipal que se pronunciassem.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à apresentação que estive a ver e pelo que percebi o projeto só tem a entrada principal e não há escadarias. O projeto tem um aceso na parte de trás. A questão que quero colocar é a seguinte: Numa situação de urgência, e vamos imaginar uma fatalidade qualquer que aconteça no Pavilhão Desportivo, a ambulância tem acesso para lá chegar?

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Arq.º Carlos Santos para responder à questão apresentada:

“Temos um acesso direto para veículos de emergência que podem percorrer praticamente todo o espaço e temos várias saídas. O projeto encontra-se aprovado por todas as entidades e por isso temos todas as condições de acessibilidades para veículos de emergência. Por outro lado na escola temos que ter controlo de entradas e por isso não temos muitos portões.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que tenho a dizer acerca desta apresentação é o seguinte: Apraz-me fazer aqui um comentário acerca deste Centro Escolar. Já lá vão uns anos bons que se falou acerca de um eventual Centro Escolar em Oliveira do Hospital. Na altura o poder político predominante dentro da Câmara Municipal entendeu, e com condições, porque as havia, e porque também outros municípios deitaram a mão a essa oportunidade e fizeram excelentes Centros Escolares, em Oliveira do Hospital entendeu-se não se fazer isso e adiou-se para hoje. Adiou-se para hoje esta grande visão futura que realmente deveria ter havido em Oliveira do Hospital nessa altura e não houve.

Aquilo que hoje estamos a pensar é o desenvolvimento futuro e estratégico de Oliveira do Hospital. Isto é um investimento em Oliveira do Hospital mas é o desenvolvimento do Concelho. Este projeto não é só para as pessoas de Oliveira do Hospital.

Todos nós já aqui falámos ao longo dos anos dos grandes problemas e grandes constrangimentos nestas Escolas Primárias que sempre tivemos e continuamos a ter no local onde elas estão. Todos nós sabemos disto e toda a gente está farta de reclamar os problemas, os perigos, que ali podem acontecer, e que já têm acontecido. Não sei se já lá morreu alguém?

Perspetivar o futuro de Oliveira do Hospital passa também por esta obra. Todos nós, sem exceção, e eu estou convencido que é mesmo sem exceção, reconhecemos a grandiosidade e a grande necessidade que existe em Oliveira do Hospital de realizar esta obra.

Este projeto, pelo que pudemos ver, envolve uma verba de cerca de quatro milhões de euros e o Sr. Presidente da Câmara já disse que não tem a garantia de conseguir participação financeira para este Centro Escolar. Eu espero bem que essa participação financeira venha a acontecer.

Vou lançar aqui um repto a todos os Membros desta Assembleia Municipal: Sr. Presidente da Câmara, independentemente de conseguir mais ou

menos financiamento para este Centro Escolar, penso que o Senhor não tem que ter qualquer tipo de constrangimento, ou qualquer tipo de problema, se, por acaso, houver a necessidade de chegar junto desta Assembleia Municipal para pedir uma autorização para conceder um empréstimo bancário para esta obra ou eventualmente para outras que sejam necessárias. Eu já vi, e boa parte dos Membros desta Assembleia já assistiram, a esta Assembleia Municipal dar autorizações para se contrair dívida bancária e que pura e simplesmente não foram capazes de a gastar. Penso que agora não será bem o caso. Agora temos uma série de obras para gastar dinheiro.

Sr. Presidente da Câmara, isto é um repto que eu lhe lanço: Se o Senhor tiver necessidade disso não tenha qualquer tipo de problemas porque, para o desenvolvimento estratégico do Concelho de Oliveira do Hospital, nós precisamos de dinheiro, e se o Senhor não o conseguir arranjar todo, seguramente que esta Assembleia Municipal, de uma forma responsável, vai ter a capacidade de dizer sim a qualquer necessidade que tenha nessa área.

Acho que o Centro Escolar é uma excelente obra que ficará para o futuro das nossas crianças. Eventualmente esta obra poderá vir a contribuir para o aumento da natalidade em Oliveira do Hospital até porque vamos criar muito melhores condições para as nossas crianças e para os pais das nossas crianças.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais gostaria de dizer que é um projeto ambicioso e enquanto mãe, professora e Oliveirense espero ver este projeto concretizado. Acho que não chega mostrar o projeto onde é tudo muito bonito mas depois convém vê-lo na prática.

Tal como o Sr. Presidente já disse, estamos fartos de politiquices e isto é para se concretizar porque os Oliveirenses precisam e eu espero que a minha filha, que tem quatro anos, ainda possa usufruir deste Centro Escolar ou do Centro Escolar de Nogueira do Cravo. Precisamos que o Concelho tenha mais crianças e precisamos que os jovens tenham possibilidade para se fixarem no Concelho.

Acho que precisamos de condições para poder viver no Concelho. A geração com trinta ou quarenta anos de idade está a fugir de Oliveira do Hospital e acho que os temos que agarrar. Se não queremos ver um Concelho envelhecido precisamos de agarrar os mais novos para que eles fiquem em Oliveira do Hospital e não fujam.

Tinha duas perguntas a fazer sobre o projeto. Uma delas é ao nível da sustentabilidade ou seja se está pensado colocar painéis fotovoltaicos, como é que será em termos de iluminação, cuidados com a eficiência energética, entre outras questões, nomeadamente ao nível das cozinhas das cantinas e aproveitamentos de resíduos. Todas estas questões de nível ambiental.

Outra questão é a seguinte: Porque não, já que há tanta dificuldade com a acessibilidade à escola, criarmos um transporte urbano que facilitaria também a questão dos estacionamento na cidade?”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Arqt.º Carlos Santos para responder à questão apresentada:

“A eficiência energética começa logo na própria conceção arquitetónica. Como podem ver no projeto, o facto de procedermos à construção destes panos, ou palas, permite uma zona de sombra para além de todas as condições de isolamento que o edifício vai ter. O edifício está completamente isolado e vai cumprir os padrões máximos de eficiência energética em termos de isolamento térmico e também em termos de isolamento acústico. Estes panos de sombra permitem que no verão não tenhamos um excesso de sol a incidir sobre os vidros. Obrigatoriamente todas as salas de aula devem estar expostas no quadrante sul e como sabem o quadrante sul é o que tem um maior número de horas de sol durante o ano. No quadrante sul vamos ter muita incidência solar no vidro. Temos vidro porque precisamos de iluminação. A conjugação do vidro e dos grandes panos permitem-nos economizar na fatura da luz.

Por outro lado, o edifício tem painéis solares e nesta fase não está prevista a instalação de painéis fotovoltaicos embora o edifício possa suportar todos os painéis fotovoltaicos. O investimento para painéis fotovoltaicos neste momento é muito complicado. Referir ainda que o usufruto seria bastante interessante mas há um problema de custo e de amortização.

O que é importante é o edifício não gastar energia o único gasto energético está na iluminação. A parte que diz respeito à climatização, ela é feita pelos painéis solares. É certo que vamos gastar menos energia nesta escola, e eu arriscar-me-ia a dizer que iríamos ter um gasto de energia que andaria nos 25% do que gasta uma escola atualmente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Na minha Freguesia tenho a Escola Básica da Ponte das Três Entradas e fiquei preocupado porque este Centro Escolar pode ser um polo aglutinador dos poucos alunos que temos. Gostaria de perguntar se essa situação está salvaguardada. Eu percebo que neste espaço moderno os miúdos tenham todas as condições mas não nos podemos esquecer que temos a Escola Básica da Ponte das Três Entradas e temos o Jardim de Infância que é o segundo no Concelho com mais crianças e por isso fiquei um bocadinho preocupado.

Pergunto também ao Sr. Arqt.º Carlos Santos o seguinte: Durante a apresentação do projeto não me apercebi se existiam zonas abrigadas para que os alunos possam apanhar os autocarros. Estão previstas essas zonas cobertas?”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Arqt.º Carlos Santos para responder à questão apresentada:

“A entrada do Centro Escolar tem uma área coberta relativamente grande. A área coberta para que as crianças possam esperar pelos transportes estende-se desde o portão da entrada até à parte de trás.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“A questão que quero colocar é relativa a um pormenor. Eu não percebi bem quem é que está a coordenar mas fica a mensagem: Concordo praticamente na íntegra com aquilo que estão aqui a apresentar, quer o novo Centro Escolar quer da requalificação da Zona Histórica. Para mim há aqui uma questão fundamental que está relacionada com o acesso à escola. Pergunto se o acesso à escola que foi apresentado é o desenho final porque parece-me que vamos cair no mesmo erro. Ou seja, vai haver uma confluência de trânsito para uma rotunda que vai novamente empancar o trânsito. A rotunda que temos atualmente, e que os pais utilizam para deixar os filhos, vai continuar a existir e o problema é que muitas das vezes o tráfego é a montante.

Não se vai continuar a acumular trânsito? Muitas das vezes os carros são parados ao longo dos campos de ténis e ainda há possibilidade para arranjar uma melhor solução ou eventualmente a nova rotunda ser deslocalizada. Penso que se deverá estudar melhor a questão.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Arqt.º Carlos Santos para responder à questão apresentada:

“Depois o trânsito vai ter uma rotunda de retorno mas poderá ser reequacionado a acessibilidade a este conjunto escolar mas será uma questão que terá de a ver com a escola existente.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Esta zona tem que ser requalificada, como foi visto na proposta do Arqt.º Jorge Carvalho. É a remodelação da primeira rotunda dos repuxos e o alargamento da estrada para a Fundação que tem apenas dois sentidos péssimos. Efetivamente a zona em frente à Fundação tem que ser alargada.

Dizer ainda que a via que segue para São Paio de Gramaços também pode ser alargada. Penso que é isso que tem de ser feito.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obviamente que os técnicos altamente especializados vão encontrar as soluções porque já aqui foram lançados os alertas.

O Sr. Presidente da Câmara já refletiu sobre isto e certamente que nos vai informar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho dúvidas nenhuma que depois da reorganização o trânsito ficará melhor do que hoje. Há também o alargamento da via para os terrenos da Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Desta discussão há aqui uma ideia que talvez se deva equacionar: Se tivéssemos uma ligação direta da rotunda do Centro de Saúde a esta nova rotunda retirávamos uma parte do trânsito que nada tem a ver com a escola.

Foi com pertinência que vi esta discussão para tentarmos melhorar o problema do trânsito e esperamos resolvê-lo.

Deixei-me dar-vos as seguintes notas: A primeira nota é para agradecer a todas as forças políticas por terem concordado com o projeto exceto ao CDS porque não se pronunciou.

Depois, dizer ao Eng.º Carlos Artur que lhe agradeço as palavras e o desafio.

Dizer ainda o seguinte: Como todos sabeis este projeto tem sido negociado e acompanhado pela Sr. Presidente da CCDR. Como já disse, não estou em condições de garantir que temos a comparticipação financeira de 85% para o financiamento desta obra. Essa é a única dúvida!

Tenho a certeza que temos financiamento e o meu compromisso é lutar para que o financiamento seja o máximo. Esse é o caminho de negociação que tenho estado a fazer. Se me oferecerem 80% de financiamento o negócio já é bom mas faz alguma diferença porque em vez de seiscentos mil euros teremos que lá meter oitocentos mil euros. Quanto menos dinheiro meter do nosso orçamento municipal mais dinheiro tenho para as outras obras nas freguesias. Independentemente do financiamento eu também estou muito determinado a levar esta obra até ao final.

Gostava também de agradecer as palavras da Dra. Sofia Clara.

Dizer ainda que há possibilidades de recorrermos ao BEI - Banco Europeu de Investimentos porque não conta para o endividamento líquido da Câmara Municipal. Eu também tive o cuidado de fazer o trabalho de casa. Isto não quer dizer que não se tenha que pagar mas podemos dilatá-lo no tempo. Dilatá-lo no prazo máximo de vinte e cinco anos, com uma taxa de juro relativamente baixa e que não tenha impacto financeiro na estabilidade da Câmara Municipal.

Por termos sonhos não podemos empenhar as gerações vindouras e os desafios futuros da Câmara Municipal com dívida e é fundamental percebermos isso!

Como sabem eu estou sempre preocupado com o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal: Todos os dias vejo mapas, todos os dias faço estudos, todos os dias verifico se estamos a gastar muito ou se estamos a gastar pouco. Estou na última fase do meu mandato e quando sair gostava que a Câmara Municipal tivesse o mesmo equilíbrio financeiro que tem hoje.

Precisamos também de perceber o seguinte: Em termos de eficiência energética nós gastaremos menos energia e com este novo Centro Escolar teremos melhores condições. Também não nos podemos esquecer que vamos desativar alguns edifícios, Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância, que têm hoje uma manutenção muito cara. Se tivermos capacidade de fazer um bom projeto para a eficiência energética acho que ainda podemos gastar menos do que estamos a gastar hoje.

Relativamente à intervenção do Dra. Sofia Clara dizer que eu assisti à apresentação de muitos projetos em PowerPoint e até assisti a uma cerimónia

relacionada com o lançamento do IP3 no governo do Ex-Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho e a obra nunca foi feita e hoje houve mais um PowerPoint apresentado por este Governo. Há aqui um sinal claro de que eu não estou a brincar aos PowerPoints para enganar porque eu tenho um contrato imobiliário e já fiz o negócio do terreno para a construção do novo Centro Escolar e da nova estrada. Já há um contrato de promessa entre as duas partes e este projeto não é barato.

Penso que estamos a projetar um Centro Escolar de futuro e o mais moderno do País. Não vamos ter mais a escola que tivemos no passado. A escola vai mudar muito. Os nossos alunos são diferentes, são alunos da era da tecnologia. Estamos perante desafios de futuro.

Este Centro Escolar tem uma visão futurista e de qualidade. Hoje os pais são cada vez mais exigentes e querem o bem-estar dos seus filhos e é isso que estamos aqui a lançar.

Como já disse, temos como parceira a Sra. Presidente da CCDR e logicamente não avancei com este projeto sem perceber se tinha possibilidade de algum apoio. Dizer ainda que se não tivéssemos apresentado a candidatura até ao dia trinta e um de dezembro nunca mais faríamos este Centro Escolar. Conseguimos preparar a candidatura em tempo recorde e agora estamos à espera que todo o procedimento se desenrole.

Para descansar o Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho quero dizer o seguinte: Os pais podem matricular os filhos na escola que entenderem desde que haja vaga mas não acredito que este Centro Escolar vá tirar alunos à Escola Básica da Ponte das Três Entradas. Penso que a única escola que será absorvida por este Centro Escolar será a de São Paio de Gramaços.

Para finalizar dizer o seguinte: Se conseguirmos um financiamento de 85% não necessitamos de recorrer a empréstimo de nenhum banco e aguentaremos bem a comparticipação de seiscentos mil euros do nosso orçamento municipal. É isso que eu desejo e é por isso que luto. Não sei se consigo mas a corrida já começou.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Depois dos esclarecimentos que os Sr. Presidente nos deu eu queria fazer um comentário e que tem a ver com o seguinte: Da apresentação que hoje

aqui foi feita eu julguei perceber que foi criada uma operação às sinergias entre a disponibilização do terreno e o desenvolvimento do projeto, e se eu percebi mal também acho que era importante ser esclarecida. Oliveira do Hospital precisa de ter uma nova escola mas o modelo poderia ser outro. Este modelo que foi encontrado, tanto quanto eu entendi, dá-nos uma boa localização e os proprietários do terreno também tiveram boa vontade, e também sabemos que gostam de estar ligados ao desenvolvimento da terra, mas a verdade é que também têm vantagens. A Câmara tem vantagens mas os proprietários do terreno também têm vantagens. Haver estas vantagens, de certa forma, também é um fator que pode ajudar, e também sei que é fundamental que a Presidente da CCDR esteja ganha para este projeto, mas isso não basta. O projeto tem que preencher requisitos para poder passar, tem que valer por si e tem que ter sustentabilidade económica. Para o projeto ser financiado ele tem que preencher um conjunto de requisitos.

O nosso Presidente da Câmara ao ter feito todo este trabalho e tendo dúvidas, porque não sabe qual a percentagem de comparticipação financeira, mas, seja qual for a percentagem, quer me parecer que é uma aposta que vale a pena.

Quero reforçar e elogiar a Presidente da CCDR porque tem sido bastante nossa amiga mas há mérito de todos: É um bom projeto e o Sr. Presidente da Câmara elegeu-o como uma prioridade, encontrou boas equipas, soube negociar a disponibilização do terreno e tudo isso é que nos poderá permitir almejar a construção de uma infraestrutura estruturante de futuro para o nosso Concelho.

É assim ou eu disse alguma coisa que não seja rigorosa?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Sra. Presidente da Assembleia Municipal, como sempre, é rigorosa e faz as análises corretas.

Há só um pormenor que vou referir e não é para ninguém me dar nada porque eu não fiz mais do que a minha obrigação: A aprovação deste projeto não depende só da CCDR. Esta candidatura só foi possível porque no ano de dois mil e catorze consegui meter uma verba no Pacto da Comunidade Intermunicipal para a área da educação e as obras que têm prioridade são aquelas que estão no Pacto. As primeiras obras a serem financiadas são as que estão referenciadas no Pacto e na área da educação consegui referenciar as obras

da Escola Secundária com uma verba de um milhão de euros. Coloquei uma verba irrisória no Pacto que agora me permite avançar com a candidatura. Se há aqui algum mérito meu e da minha equipa foi termos colocado esta verba no Pacto porque sempre quisemos um novo Centro Escolar para Oliveira do Hospital. No Pacto existe uma verba para um novo Centro Escolar e que designei como Campus Educativo.

É verdade também que a candidatura para o Campus Educativo não é só aprovada pela Presidente da CCDRC porque também vai ter que ser votada pelos dezanove Presidentes de Câmara que fazem parte da CIM. Dizer também que a Presidente da CCDRC vai ter uma palavra decisiva na redistribuição dos fundos provenientes da reprogramação do Quadro entre as CIM's e aí é que é fundamental a CIM de Coimbra ter uma parte.

Fico contente por haver unanimidade na aprovação desta obra e se havia motivação hoje saio desta Assembleia com mais entusiasmo e maior motivação para fazer esta obra.

Dizer ainda que é verdade o que a Sra. Presidente da Assembleia, Eng.º Dulce Pássaro, disse sobre a família proprietária dos terrenos e digo-vos também que encontrei pessoas muito disponíveis para negociar e um bom negócio não pode ser só bom para a Câmara Municipal. O contrato que fizemos qualquer pessoa o poder consultar e penso que o negócio vai ser bom para a família Lagos e vai ser bom para a Câmara Municipal porque ficamos com um terreno com condições para a construção do novo Centro Escolar. Agora é só continuarmos com o trabalho.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Para finalizar este Ponto queria partilhar uma reflexão relacionada com a intervenção do nosso Presidente Prof. Alexandrino e que tem a ver com o seguinte: Quando estão em causa os projectos comunitários e a distribuição dos fundos, e aqui no caso concreto entre as CIM's, é verdade que os Órgãos de Coordenação, neste caso a CCDD-Centro, têm obrigação, se querem fazer bom trabalho, de fazer a distribuição seguindo vários critérios. E um dos critérios é a maturidade dos projectos. Isto é, a confiança e o grau de desenvolvimento dos projectos. Se um dirigente de uma CCDD redistribuir as verbas para uma área geográfica só porque sim, mas se depois os projectos não andarem, quando se

chegar ao fim do Quadro a taxa de execução é baixa. Isso prejudica o País porque na verdade não houve condições para gastar o dinheiro.

Um princípio importante é conhecer e ter confiança nos promotores do projecto, haver um reforço de diálogo que permita ver se o projecto efectivamente tem condições de ser implementado e se é um projecto com sustentabilidade.

Estou convicta que por boas e más razões tem havido uma relação de proximidade com a CCDR. Acredito que a Presidente da CCDR e toda a estrutura da CCDR tenham confiança na capacidade de concretização que o Município de Oliveira do Hospital tem revelado e isso é algo que está fora de interpretação e está fora de interpretação política. Isto é uma matéria de natureza estritamente técnica e objetiva. Não tenho nenhuma reserva em relação aos elogios que o Sr. Presidente faz à Presidente da CCDR, muito pelo contrário, mas convém que sejamos objetivos e é isso que eu quero transmitir.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos Municipais - Decretos-Lei n.ºs 100/2018; 105/2018 e 106/2018.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem foram publicados um conjunto de diplomas que visam a descentralização de competências a dois níveis: Descentralização de competências a nível Municipal e descentralização de competências ao nível das Comunidades Intermunicipais.

O Governo ao publicar estes Decretos-Lei entregou às Câmara Municipais determinadas competências mas deu-lhes um prazo para responderem quais as competências que não querem.

Os Presidentes de Câmara dos dezanove Municípios que fazem parte da CIM da Região de Coimbra já reuniram com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais onde foram esclarecidas muitas dúvidas e foi questionado qual era o pacote financeiro até porque no Orçamento de Estado havia um fundo de apoio para as descentralizações de competências que foi retirado.

O Sr. Secretário de Estado disse que não havia nenhum pacote financeiro porque as competências que estavam a ser delegadas não implicavam grandes

despesas nem grande reestruturação. A descentralização de competências que vão ter um grande pacote financeiro são em duas áreas, Essas áreas são a educação e a saúde e essas descentralizações de competências ainda não foram publicadas.

Destas novas competências só o estacionamento é que dará receita à Câmara Municipal. A GNR continuará a fazer a sua função mas a Câmara Municipal arrecadará 70% da receita.

Qual é o contra? O contra é que quando as multas não forem pagas os processos de contra-ordenação desenvolvem-se na Câmara Municipal e todos nós sabemos qual é a dificuldade da Câmara Municipal para executar processos contra-ordenação.

Há algumas competências que não apresentam muitas dúvidas e por isso decidimos aceitá-las.

Relativamente à área da justiça só aqui está implicado os Julgados de Paz, não estão em causa instalações, e esta área pode ficar supramunicipal e também vejo que não há grande problema em a aceitarmos.

As competências relativas às Associações de Bombeiros foram muito discutidas mas como podem ser delegadas na Comunidade Intermunicipal também não vejo problema para que as possamos receber.

Habituação Social do Estado: Nós não temos habitação Social do Estado que possamos reverter a nosso favor e por isso não vejo necessidade de ficarmos com esta competência se não temos nada para administrar.

Estruturas de atendimento ao cidadão: Acho que devemos aceitar.

Vias de comunicação: A descentralização desta competência deu acesa discussão e porquê? Porque as vias de comunicação são só nas vias urbanas e onde há PDM e por uma questão de precaução acho que não deveríamos aceitar nesta fase.

Património imobiliário público sem utilização: Não temos e por isso não devemos aceitar. Há tempos o Ministério da Cultura perguntou-nos se nós queríamos ficar com o Castelo de Avô e nós dissemos que aceitávamos o Castelo de Avô desde que o Ministério da Cultura fizesse as obras.

Na minha opinião devemos rejeitar algumas competências e é importante assinalar o seguinte: No ano de dois mil e vinte podemos voltar a manifestar-nos sobre as competências que rejeitarmos. Também vos quero dizer que no ano de dois mil e vinte e um a Lei-quadro empurra todas as delegações de competências sem perguntar se queremos. Há um período, que vai até ao ano de dois mil e vinte e um, para aceitarmos e depois a Lei-quadro é clara e todas

estas competências vêm para cima de nós sem as podermos discutir na Assembleia Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos projectos aqui apresentados quero dizer o seguinte: fala-se muito na rua que a Câmara Municipal vai lançar obras e que depois as obras não passam do papel. Há pessoas que entendem que para haver obras primeiro não tem que haver estudos, não tem que haver projectos.

Dizer-vos que gostei do anteprojecto da Zona Histórica e gostei do anteprojecto para o Centro Escolar. É com alguma tristeza que muitas vezes vejo andar as nossas crianças à chuva e de sala para sala.

Queria também mais uma vez agradecer à nossa Presidente da CCDR-C que tem sido uma amiga da Câmara Municipal e quando prestamos homenagem às pessoas é porque efectivamente elas as merecem e quando são amigas da nossa terra nós devemos ser sempre gratos.

Em relação a este Ponto II dizer o seguinte: No Concelho de Oliveira do Hospital temos duas Associações de Bombeiros, nomeadamente em Oliveira do Hospital e em Lagares da Beira. Neste momento está a haver negociações entre o Governo e os Bombeiros. Até essas negociações estarem finalizadas penso que em relação aos Bombeiros nada poderá ser decidido.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais deixar uma nota ao Sr. Presidente da Câmara para lhe dizer que o Partido Popular concorda com o projecto anteriormente exposto.

No que concerne a este Ponto II dizer que nós, no Partido Popular e por princípio ideológico e político, somos um partido municipalista e defendemos desde sempre a descentralização de competências e estamos de alguma forma tendentes a ser favoráveis a essa medida. Aliás, isso vem em linha com aquilo que já propusemos nomeadamente na área da educação e, se o Sr. Presidente tivesse tomado em conta a nossa nota quanto à educação, o imbróglio que hoje se vive no Agrupamento de Escolas quanto à retirada do amianto que foi combatida pela Associação de Estudantes, da qual orgulhosamente eu fiz parte, se calhar já teria sido removido. Ou seja, se tivesse levado em conta a linha que nós já aqui sugerimos, nomeadamente no projecto da educação que o Governo PSD/CDS tomou de municipalização do ensino, se calhar as obras, que presumo

que estejam com algum impasse mas que decerto não estão a tomar o rumo que deveriam ter, já estariam resolvidas.

Não obstante, e porque até agora não consegui ser esclarecido cabalmente quanto às contrapartidas financeiras dessa aceitação, não poderemos votar favoravelmente a medida proposta pelo Governo e rejeitar a recomendação do Executivo, porque não sabemos as contrapartidas financeiras que estão em causa. Portanto, somos efetivamente favoráveis à aceitação das competências mas, para que isso aconteça, têm que vir verbas do Estado Central para poder realizar essas responsabilidades. A nossa posição será de abstenção nesta proposta.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não me pronunciei quanto aos projetos apresentados no Ponto I mas quero dizer que concordo plenamente com eles. Defendo o desenvolvimento de Oliveira do Hospital e tudo aquilo que vi é do interesse de Oliveira do Hospital, é para o desenvolvimento de Oliveira do Hospital, é para o bem de toda a população e todo o Concelho.

Relativamente a este Ponto dizer que analisei com bastante cuidado os pontos em apreço e constatei o seguinte:

Praias e Associações de Bombeiros - A maior parte das competências plasmadas nos Decretos-Lei 97/2018 e 103/2018, praticamente já são valências que este município tem vindo a assumir ao longo dos anos, com algumas alterações pouco significativas, pelo que as competências a transferir são pacíficas;

Justiça - Decreto-Lei. 101/2018, de 29/11 - No que se refere a este ponto, o procedimento a adotar é muito mais abrangente e vai ter de se criar uma estrutura municipal com bastantes competências, já que vão ser precisas ações para o combate à violência doméstica, à violência contra mulheres, assegurando também a sua prevenção. A reinserção social de jovens e adultos e o apoio às vítimas de crimes, com a prestação da respetiva informação e articulação com a administração direta do estado e organizações da sociedade civil. Estas competências são muito latas e uma delas é o apoio às vítimas de crimes, dando informação, reencaminhando-as e dando-lhes acolhimento temporário;

Estruturas de Atendimento ao Cidadão - Decreto-Lei 104/2018, de 29/11 - Nesta valência passam para os serviços camarários: - Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão, com a competência da sua instalação e gestão; - Gabinetes de

Apoio aos Emigrantes e Centros de apoio à Integração de Migrantes. Estas valências serão feitas em consonância com o próprio Ministério da Reorganização Administrativa. São coisas que não são muito pacíficas.

Estacionamento Público - Decreto-Lei. 107/2018, de 29/11 – O Sr. Presidente já referiu que a questão da fiscalização dos estacionamento continuava a ser feita pela GNR mas não é isso que diz o Decreto-Lei. Não sei se há algum acordo ou algum protocolo com a GNR! O que diz o Decreto-Lei é que a fiscalização é feita pela Câmara Municipal.

No que se refere à regularização do trânsito, já era uma atribuição do município. Agora, nas restantes valências a atribuir, como sendo a fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos dentro das localidades ou zonas de estacionamento fora das localidades com jurisdição municipal. Aqui é que é novidade e para isso terá que ser organizada uma estrutura só para estes casos, já que implica, além da fiscalização, o procedimento contraordenacional rodoviário por infrações leves, relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos de mais espaços. Passa também a competência para determinar a instrução de processo contraordenacional, com inclusão da aplicação das coimas e custas, que são da competência do Presidente do Município. Esta atribuição já foi aqui referida pelo Sr. Presidente da Câmara.

Como se viu todas estas competências aqui sintetizadas, vão trazer para a autarquia mais trabalho e custos.

Deveria ter sido enviado juntamente com estas propostas o valor estimado com os custos das transferências das competências indicadas, porque só assim é que nos podemos pronunciar devidamente com o que nos é aqui proposto.

O Sr. Presidente da Câmara já disse que não iam ser transferidas quaisquer importâncias compensatórias para estes serviços. Vamos aguardar pelo que virá no futuro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“A propósito desta questão, e depois de ouvir a intervenção do Deputado Nuno Dias, não posso deixar de fazer uma pequena referência: Começo a perceber, e é mais ou menos evidente para todas as pessoas que estão nesta Assembleia Municipal, que alguns Deputados e algumas forças políticas aqui representadas têm alguma fobia no que diz respeito a aprovar propostas apresentadas pelo Executivo Municipal e trazidas a esta Assembleia Municipal.

Percebo claramente aquilo que diz o Deputado Nuno Dias. O CDS é um Partido Municipalista e como tal defende a transferência de competências da Administração Central para a Administração Local. Percebo, por isso, que, à partida, iria votar favoravelmente mas disse depois que não, e disse que vai ter que se abster. Ou seja, não seguir a proposta da deliberação tomada pelo Executivo Municipal porque não tem informação sobre a questão das transferências financeiras da Administração Central. Foi isto que foi dito!

Ora, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara nos disse, e aquilo que é público, é o seguinte: Para que estas transferências aconteçam não há qualquer transferência de verbas. Portanto, a informação existe, e foi prestada aqui pelo Sr. Presidente da Câmara quando introduziu o Ponto da Ordem de Trabalhos. É do domínio público. O Governo não acompanha estas transferências de competências com a transferência de verbas. A informação existe. O que não existe é a capacidade de sufragar a proposta feita pelo Executivo Municipal nomeadamente pelo Executivo do PS que aqui está hoje.

Sr. Presidente, devo dizer-lhe que nunca tive “aspirações a Zandinga” mas, o Senhor, hoje e aqui, e perdoem-me a expressão, pôs-se a jeito, quando vem aceitar as competências do estacionamento. E põe-se a jeito por três questões: Muito brevemente neste púlpito vários Deputados Municipais vão questioná-lo: - Sr. Presidente, então, a GNR multa pelo estacionamento, é competência da Câmara e é a GNR que faz a fiscalização e está a multar? A Câmara não disponibiliza estacionamentos e, por isso, vai estar conivente com esta situação e ainda vai arrecadar 70% do valor das coimas e nem sequer lhe interessa fazer estacionamentos!

Sr. Presidente, com toda a franqueza lhe digo, eu teria proposto que a competência do estacionamento público não fosse aqui aceite. O Senhor vai preparar as costas porque já há muito boa gente a preparar o pau para lhe malhar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Perante as informações que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu e também perante a informação proveniente da Lei eu vou ser muito sincero: A vontade de abarcar com estas responsabilidades é zero.

Também partilho a mesma opinião do Dr. Rui Monteiro. Sr. Presidente, efetivamente os problemas que estas competências lhe vão causar são maiores do que os benefícios que vai ter.

Ainda assim, e sendo esta uma decisão que já está assumida pelo Executivo, não me parece que valha a pena estarmos a criar um cavalo de batalha.

No entanto, e eu não sou saudosista mas, como às vezes fazem estes exercícios, vou relembrar a alguns elementos que aqui estão que há cerca de dez anos, quase que imploravam para ficarmos com a posse da Estrada Nacional nº 17, na altura estava no Governo o Eng.º José Sócrates. Mantenho exatamente a mesma opinião. Isso é pormo-nos a jeito para trabalhos e confusões e, mais uma vez, acho que não faz grande sentido e, por isso, concordo que não assumam a competência relativa às estradas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto II penso que o Executivo Municipal está a ser prudente e razoável em não aceitar algumas competências até porque desconhece as contrapartidas financeiras. Sabemos que as iremos ter daqui a algum tempo, tal como nos foi dito. Entretanto teremos também algum tempo para reivindicar algumas obras como por exemplo no Castelo de Avô ou na Estrada até Alvoco das Várzeas.

Portanto, vamos continuar a reivindicar e quando as competências vierem, pelo menos, já teremos algumas situações resolvidas.

Não tive oportunidade de me manifestar no Ponto I e por isso peço à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que me dê só trinta segundos para dizer o seguinte: Penso que esta Sessão da Assembleia Municipal é uma Assembleia histórica. Alguns de nós estamos aqui há cerca de vinte anos e não me lembro de terem apresentado um conjunto de investimentos e projetos como foram apresentados aqui hoje.

Sr. Presidente da Câmara, tenho que felicitar o Executivo da Câmara Municipal por todo este trabalho e dizer ainda que o montante destas obras é praticamente metade do custo do troço que falta no IC6.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que fizeram intervenções muito interessantes e as minhas primeiras palavras são para o Dr. Rui Monteiro. Sei que o Dr. Rui Monteiro é meu amigo e não gosta de ver as minhas costas calejadas. Mas também lhe quero dizer que já estou muito habituado porque durante estes dez anos sabe

que me pus muitas vezes a jeito para isso. Por isso, quero dizer-lhe que não se preocupe porque já estou habituado!

O Sr. Deputado João Esteves colocou aqui um conjunto de questões que são importantes e que me fizeram recordar a minha intervenção na reunião com o Sr. Secretário de Estado com os dezanove Presidentes de Câmara que fazem parte da CIM da Região de Coimbra.

Muitas Câmara Municipais eleitas pelo PSD foram mais longe do que nós e aceitaram estas competências. Nós ainda estamos com alguma cautela tendo consciência que até ao ano de dois mil e vinte podemos aceitar alguma competência que não aceitamos hoje. Temos que aceitar correr alguns riscos porque no ano de dois mil e vinte e um teremos que as aceitar todas. Nós estamos a preparar para que no ano de dois mil e vinte e um não tenhamos que nos preparar à pressa.

Dizer ainda que todas as dúvidas que o Deputado João Esteves aqui colocou foram todas muito bem colocadas.

Há aqui um conjunto de competências que se vão sobrepor com as da Comunidade Intermunicipal. Nas competências da Comunidade Intermunicipal há uma particularidade diferente porque basta que um Município não aceite uma das competências para que ela não seja aceite. Ou seja, a aceitação da competência tem que ser unânime.

Houve aqui um grande trabalho com todos os Presidentes dos dezanove Municípios da CIM da Região de Coimbra.

Queria aqui lembrar que não podemos vir apregoar que somos municipalista e depois esquecemo-nos de outras coisas.

Dizer ao Sr. Eng.º Rui Fernandes que eu nunca quis, nem nunca reivindiquei, ficar com competências e relembro o seguinte: Em dois mil e dez, no Governo do Eng.º José Sócrates, pressionaram-me para ficar com competências na área da educação e eu não quis.

Nós ficamos sempre com alguma desconfiança com a descentralização de competências sem o respetivo pacote financeiro.

Sei que o Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias é um jovem e como é um jovem confunde algumas coisas por falta de conhecimento. Falou na municipalização da educação e depois falou nas obras para retirar o amianto na Escola Secundária. O que disse é uma asneira de todo o tamanho porque não houve nenhuma municipalização, nem houve nenhuma descentralização de competências durante o Governo do PSD/CDS. Houve descentralização de competências no Governo do Eng.º José Sócrates.

Agora, municipalização da educação em Oliveira do Hospital proposto por quem, onde e quando? Gostava de saber quando é que foi proposta essa municipalização da educação?

Digo ainda que estas obras para a retirar o amianto que se estão a realizar na Escola Secundária, e que não têm corrido muito bem, devem-se muito àquilo que eu fui capaz de fazer com a ajuda da Dra. Cristina Oliveira. Estas obras estão a ser realizadas porque estão incluídas no Pacto da Comunidade Intermunicipal. Digo-lhe ainda que no Pacto da Comunidade Intermunicipal só há mais uma obra para a Escola Secundária de Cantanhede. Por isso, não venha aqui arranjar uma desculpa para se abster nesta votação, até porque o Sr. Deputado tem toda a legitimidade para se abster e até para votar contra.

Devemos recordar, e o Sr. Deputado Nuno Rafael Dias faz-me falar do passado: Sabe com é que está a Escola Secundária José Falcão em Coimbra? Sabe qual é o problema da Escola? Devíamos ter isso em conta e devíamos saber porque é que ainda não resolveram esse problema e não resolveram outros até aos dias de hoje!

O Sr. Deputado Nuno Rafael Dias tem todo o direito para se abster mas há aqui outro pormenor político e esse não o perdo-o: Havia no Orçamento de Estado uma alínea sobre um fundo de apoio à descentralização de competências. O Senhor sabe quem votou contra? O Senhor sabe quem retirou essa alínea? Foi o PSD, o CDS e a CDU. Foram estas forças políticas que retiraram o fundo de apoio à descentralização de competências. Foi por isso que não houve dinheiro.

O Governo está a passar-nos as competências mais leves e não nos passaram a educação e a saúde porque estas áreas trazem pacotes financeiros volumosos. Já estão publicadas propostas para estas áreas mas nós queremos mais dinheiro. Não queremos ficar com as despesas sem dinheiro para as pagar.

Dizer ainda que não podemos ser incoerentes: Não podemos dizer que Lisboa é que decide tudo e quando nos dão alguma coisa para decidirmos não queremos decidir. Mas como é? Em que contradição é que ficamos?

Desde que haja dinheiro queremos a descentralização das competências e queremos que o poder esteja mais próximo das pessoas porque somos nós que resolvemos a maior parte dos problemas. Mas para isso devemos ter o quê? Devemos ter o pacote financeiro.

É difícil perceber estes diplomas, e o Deputado João Esteves fez isso muito bem! A leitura que fez foi precisamente igual à minha até porque a Câmara Municipal já faz muitas destas competências. Vamos votar um

documento onde entregamos a maior parte das competências para ganharmos escala à Comunidade Intermunicipal. Vocês depois reparem que elas estão sobrepostas.

Estamos a encontrar alternativas e há outro caminho para percorrer. Como todos perceberão as ruas mais movimentadas de Oliveira do Hospital têm que ter estacionamento pago.

A proposta que aqui apresento acho que é razoável e o único problema é não haver a respetiva compensação financeira.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos Municipais - Decretos-Lei n.ºs 100/2018; 105/2018 e 106/2018, que foi aprovado por maioria com três abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais - Decretos-Lei n.ºs 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2108.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Concordámos aprovar todas estas transferências de competências nomeadamente nas áreas da promoção turística interna sub-regional, justiça, projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento e da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.

Na Comunidade Intermunicipal já desenvolvemos um conjunto de atividades ligadas a estas áreas. A transferência de competências relacionada com os bombeiros é para que os dezanove Presidentes dos Municípios harmonizem os subsídios aos bombeiros. Dizer ainda que a CIM vai ter duas brigadas de sapadores florestais.

A decisão para aceitar a transferência destas competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais foi unânime entre os dezanove Presidente de Câmara. A proposta apresentada é para aceitarmos estas

competências dentro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e também é verdade que não há compensação financeira.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou ler a proposta que vai ser votada: *“A Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de acordo de aceitação da transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais.*

Estas competências são as seguintes: No domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo; No domínio da justiça; No domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento e no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.””

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais - Decretos-Lei n.ºs 99/2018, 101/2018, 102/2018 e 103/2018, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sempre pensei que a Sessão fosse mais curta, de qualquer das maneiras foram discutidas matérias interessantes e, por isso, vamos com mais conhecimento sobre as perspetivas para o nosso Concelho.

Muito obrigada a todos e um bom fim de semana.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim

Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
